

## INFLUÊNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Osni Oliveira Noberto da Silva<sup>1</sup>  
osni\_edfisica@yahoo.com.br  
Theresinha Guimarães Miranda<sup>2</sup>  
tmiranda@ufba.br  
Miguel Angel Garcia Bordas<sup>3</sup>  
magbordas@gmail.com

83

### RESUMO

O objetivo do presente artigo foi analisar o transporte escolar de alunos do Atendimento Educacional Especializado que moram na zona rural, a partir da ótica dos docentes. Este estudo utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista com perguntas semiestruturadas. A análise dos dados foi feita através da técnica da Hermenêutica Objetiva, baseados na Teoria Crítica da sociedade. Através da fala dos docentes foi possível aferir que o transporte oferecido aos alunos de AEE dos municípios analisados apresenta uma série de problemas, entre os quais é possível destacar: falta de transporte para os alunos no turno oposto, limitação de quilometragem que os veículos podem percorrer, uso de veículos inadequados e falta de comunicação entre as Secretarias de Educação dos municípios e seus respectivos departamentos de transporte.

**Palavras Chave:** Atendimento Educacional Especializado; Transporte Escolar; Zona rural.

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte integrante de pesquisa de doutorado ligado ao programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE-FACED-UFBA). Dentre os elementos que influenciam na educação de alunos e conseqüentemente no desenvolvimento educacional de um país, é inegável que o transporte escola público ocupa um lugar de destaque. Sua importância é tanta que a Constituição Federal

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Educação Especial e Educação Física adaptada (GEPEFA) e integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE).

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Umeå University, Suécia. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE).

<sup>3</sup> Doutor em Filosofia pela Universidad Complutense de Madrid, com pós-doutorado pela Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do Grupo de estudos sobre Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE).

de 1988 faz referências no item VII do artigo 208, atualizada através da emenda constitucional nº 59 e 2009, que garante em todas as etapas da educação básica, entre outras coisas, o transporte escolar público, tendo inclusive importância equivalente a merenda e o material escolar.

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

No que diz respeito aos alunos e professores da zona rural dos municípios do país, o transporte escolar se apresenta tanto importante quanto crítico. Autores como Gonçalves (2014) e Rabelo e Caiado (2014) trazem a dificuldade que passa os alunos de escolas da zona rural em fazer diariamente o trajeto casa-escola.

Segundos os mesmos autores, os principais empecilhos são: a grande distância do deslocamento diário, a má qualidade das estradas, a pouca quantidade dos veículos e a precariedade da maioria deles, além da pouca abrangência do transporte, que infelizmente acaba por não contemplar todos os alunos que dele necessitam.

A partir do início dos anos 90 do século passado, começaram a produzir políticas de incentivo ao transporte escolar, como pode ser observado na explicação de Collicchio e seus colaboradores (2013):

Em 1994, é criado o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), segundo o Plano Nacional de Transporte Escolar: Nota Técnica (BRASIL, 2001), por meio da Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho de 1994 (BRASIL, 1994), no âmbito do MEC, com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para contribuir com o transporte dos alunos no trajeto residência-escola-residência. Em outras palavras, para contribuir financeiramente com os municípios e Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a aquisição de veículos automotores zero quilômetro, destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública de ensino fundamental, residentes na área rural, e das escolas de ensino fundamental que atendam alunos com algum tipo de deficiência (COLLICCHIO et al, 2013, pág. 177).

Atualmente a legislação brasileira garante a sintonia entre educação de alunos com deficiência que moram na zona rural, inclusive com apoio de transporte por estados e municípios. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), os artigos 10 (item VII) e artigo 11 (item VI), tratam das obrigações dos estados e municípios no que se refere ao transporte escolar dos alunos:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: (...)  
VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de (...)

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica (BRASIL, 1996).

Ao tratar a questão do transporte com as políticas públicas de inclusão de alunos com deficiência e ou necessidades educacionais especiais, é possível observar uma importante lacuna de investigação.

De acordo com Negrão e Damasceno (2017) o paradigma da inclusão representa um marco para a educação do país, gerando uma série de conquistas que “tem desencadeado incentivos e se traduzido em desafios aos educadores para ressignificar o fazer pedagógico nas escolas e buscar a garantia de educação pública de qualidade para todos indistintamente, apontadas em seus princípios”.

Assim, além dos alunos que frequentam o ensino regular o transporte escolar é imprescindível também para os alunos com deficiência, especificamente aqueles discentes que frequentam o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O artigo 2<sup>a</sup>, inciso 1<sup>o</sup> do Decreto nº 7.611/2011, que “Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências”, conceitua o AEE como sendo:

(...) o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011).

Especificamente no caso de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, a falta de veículos adaptados nos municípios é o principal entrave que cotidianamente ocorre.

De acordo com o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, deixa claro que é preciso existir uma relação entre a educação especial inclusiva e as outras modalidades, como a educação do campo, a educação indígena etc. Essa relação precisa assegurar uma série de recursos que garantam o funcionamento do Atendimento

Educacional Especializado, o que inclui a construção de metodologias e estruturas que atendam as especificidades sociais e culturais dos diferentes grupos (BRASIL, 2008).

A conjuntura é ainda mais grave, o que justifica o estudo desse artigo, levando em consideração que 16,28% do total de pessoas com deficiência no Brasil vivem na zona rural (IBGE, 2011).

Por conta disso, o objetivo do presente artigo foi analisar o transporte escolar de alunos do Atendimento Educacional Especializado que moram na zona rural, a partir da ótica dos docentes. A importância dessa temática já foi demonstrada através das discussões até aqui levantadas e que, através das opiniões dos professores poderão lançar olhares acerca das ausências e emergências referentes ao transporte escolar dos alunos de Atendimento Educacional Especializado na zona rural.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo é um estudo qualitativo que utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista com perguntas semiestruturadas, que dá ao sujeito entrevistado a oportunidade de expor suas opiniões sem o uso de alternativas pré-estabelecidas. É considerado o instrumento de coleta de dados mais utilizado em estudos de campo (MINAYO, 2010).

De acordo com Gil (2010) a entrevista tem como vantagens a captação de elementos mais subjetivos das respostas dos entrevistados e que extrapolam o texto, como por exemplo, o tom de voz, a expressão corporal, os lapsos de memória, entre outros. Porém o mesmo autor alerta que é preciso tomar cuidado pois as opiniões pessoais do entrevistador podem influenciar na resposta do entrevistado, além de não haver controle sobre as respostas falsas que por ventura possam ser externalizadas pelos sujeitos entrevistados.

Deste modo, o roteiro da entrevista foi construído de modo a conhecer diversos elementos referentes as condições de trabalho docente, sendo que, no recorte apresentado neste artigo, o foco se deu na análise do transporte escolar de alunos do Atendimento Educacional Especializado que moram na zona rural de três municípios (Caém, Jacobina e Mirangaba) que compõem a região do estado da Bahia conhecida como Piemonte da Diamantina. Por conta disso, foram selecionadas cinco docentes, todas do sexo feminino, que apresentaram em suas entrevistas elementos acerca do tema deste artigo.

A análise dos dados foi feita através da técnica da Hermenêutica Objetiva, que visa reorganizar os textos analisados, no intuito de evidenciar os detalhes que a priori não são

capturados de forma aparente, permitindo assim traçar explicações consistentes baseados na Teoria Crítica da sociedade (OEVERMANN, 2004).

Na ida a campo para o contato com os sujeitos, foi entregue as professoras um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a autorização de reprodução do conteúdo das entrevistas em textos acadêmicos e deste modo também legitimar a participar voluntária deles.

Além disso, a identidade dos professores entrevistados foi mantida em sigilo, da mesma forma que propositalmente não foi feita relação direta com os seus respectivos municípios, haja vista que este artigo não tem como intenção criar algum tipo de comparativo ou ranking entre os municípios.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

As cinco professoras selecionadas trazem à tona as principais dificuldades que eles enfrentam em sua atuação cotidiana no Atendimento Educacional Especializado por conta do transporte escolar.

Para a Professora 1, a falta de adequação do veículo de transporte é um problema a mais para um aluno que necessita de adaptações por conta de sua condição, tanto no local da intervenção, quanto no transporte utilizado:

O nosso principal problema tem sido a questão de transporte, porque nossos alunos têm bastante limitações, dificuldade de locomoção, as vezes precisam de um acompanhante. As vezes o transporte não é adaptado pra receber. Muitos vêm da zona rural. Porque eles querem vir mas não tem como chegar aqui (PROFESSORA 1).

Nota-se pela fala da Professora 1 que alguns de seus alunos necessitam de acompanhamento, principalmente no que diz respeito ao traslado de casa para a escola onde funciona o Atendimento Educacional Especializado. Isso demonstra um cuidado a mais para que exista um transporte escolar adaptado para atender essa demanda e que não pode ser negligenciada.

Já a Professora 2 traz dois problemas sérios, que é o uso de veículo fora do permitido para o transporte de alunos, ainda mais o AEE, além da limitação de distância a que os motoristas são impostos pelos gestores.

Problema grande é o transporte dos meninos, a gente cobra e eles dizem que o carro não vai pegar porque é tantos quilômetros. Outro dia arrumaram um carro da saúde, mas o carro ora vai, ora não vai (PROFESSORA 2).

Mauch e Santana (2016), em um estudo realizado com 1920 professores de Atendimento Educacional Especializado de vários municípios espalhados pelo país, observou que a situação dos alunos com deficiência que necessitam de transporte público escolar requer muita atenção, dada a sua gravidade. De acordo com os mesmos autores, a falta de veículos adaptados para atender a demanda dos alunos que dele necessitam ainda é a principal dificuldade apresentada pelos municípios.

Segundo o “Guia do transporte escolar”, os veículos que são disponibilizados para o transporte de alunos precisam atender uma série de normas de segurança e normatização, sintetizados a seguir:

- Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.
  - Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.
  - Seguro contra acidentes.
  - Para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso.
  - Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel. Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao Detran por ocasião da vistoria especial.
  - Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.
- Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran). A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível.
- Além das vistorias normais no Detran, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais (uma em janeiro e outra em julho), para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar (BRASIL, 2013, pág. 7).

Se não bastasse o problema do transporte inadequado e a limitação de quilometragem, a Professora 3 ainda apresenta como entrave o fato do transporte não ser oferecido ao aluno no turno oposto de suas aulas na sala comum.

Eu trabalho numa área rural. Uma grande dificuldade que eu tenho hoje é não ter transporte pros meninos pra o contraturno. Os meninos da sala de recursos são atendidos no contra turno, ou seja, eles estão de manhã na sala de aula comum e ele é atendido a tarde (PROFESSORA 3).

A frequência dos alunos público alvo do Atendimento Educacional Especializado no chamado contraturno ao que o aluno frequenta a sala de aula regular é garantido através do Decreto nº 7.611/2011. Isto ocorre porque o AEE é um tido como um complemento ao ensino

comum, um auxílio ao trabalho realizado nas salas de aula regulares, não podendo ser encarado como um substituto. Assim o documento exige que ambas as modalidades educacionais convivam de harmônica a fim de garantir o melhor desenvolvimento educacional possível dos alunos (BRASIL, 2011).

Pelo que foi exposto, o Atendimento Educacional Especializada no turno oposto é uma condição garantida nas normas que o constituem, não por um capricho ou perfumaria, mas por ser compreendido dentro de uma organização pedagógica previamente estabelecida. Ao não levar em consideração essas especificidades, a gestão municipal demonstra falta de conhecimento as normas e desrespeito ao trabalho desenvolvido pelos professores de AEE e seus alunos.

Os dados podem ser analisados juntamente com o estudo de Caiado e Gonçalves (2014), que teve com o objetivo de descrever e analisar tanto a disponibilidade quanto as condições do transporte escolar público oferecido aos alunos com necessidades educacionais especiais. Através da análise da legislação, de indicadores sociais oficiais e dados obtidos coletados através de visitas a zona rural do estado de São Paulo, os autores explicam que historicamente um longo e cruel conflito acerca da distribuição das terras no país levou a atual situação de desigualdade social na zona rural e o desamparo dos diferentes governos, no que diz respeito a implantação de políticas públicas, principalmente na área educacional.

Os resultados do estudo deixam claro que apesar dos documentos indicarem um aumento exponencial no uso do transporte escolar por alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais que vivem na zona rural, as precárias condições dos veículos usados no transporte desses alunos, ainda acabam por interferir diretamente e de forma negativa na dificuldade de acesso, na frequência e na permanência desses alunos na escola.

Essa situação se mostra ainda mais grave quando se analisa a fala da Professora 4, pois além dos problemas já citados, ainda existe a falta de comunicação entre a secretaria de educação do município e seu respectivo setor de transporte, acerca da especificidade do aluno de AEE, o que inclui o seu cuidador.

Nesta mesma fala a Professora 4 sintetiza as consequências, não só para os alunos, mas também para o trabalho dos professores de Atendimento Educacional Especializado. Isso acontece porque o docente de AEE atua com alunos de forma individual e em hora marcada. Assim, se os alunos não conseguem vir, elas não conseguem atuar e a continuidade do seu trabalho fica comprometida.

Tenho muita dificuldade dos alunos ter acesso a escola, porque as vezes o ônibus não passa, as vezes o motorista do ônibus não quer trazer o acompanhante. Ai o aluno não

aparece, não chega na sala por dessas dificuldades, ai no dia não tem o atendimento ao aluno e ai gera vários problemas pra mim como professora, porque não consegue ter o seguimento, o aluno não veio o professor fica ocioso, ai gera muito problema na escola, por falta de cumprimento das políticas públicas (PROFESSORA 4).

A professora 4 ainda afirma que a manutenção do AEE, inclusive no que se refere ao transporte escolar dos alunos na zona rural, é encarado mais como uma obrigação dos gestores municipais por conta da legislação, haja vista o “trabalho” que dá manter esse importante elemento pedagógico funcionando.

Acho que é tipo: “vamos fazer porque o governo exige e acabou! Isso só dá trabalho! Só dá confusão!”. Te dá muito trabalho eles não querem. Porque você manter numa escola de porte grande, 800 a 1200 alunos, em um turno ter alunos com múltiplas deficiências em sala de aula e ter que ter o auxiliar e no outro turno ele ter que estar no AEE e ele precisar de alimentação porque ele é de zona rural, ele precisar de transporte, ele precisar de mais um auxiliar pra estar junto com a professora, é muito custo, é muito trabalho, é muita gente. Então se dá muito trabalho eles não querem, eles entendem desse jeito (PROFESSORA 4).

Esses dados podem ser analisados de forma paralela ao estudo de Menezes (2016) que teve como objetivo verificar como funciona o Atendimento Educacional Especializado no município de Apodi, estado do Rio Grande do Norte. De acordo com o estudo em questão, foi observado que o AEE tem uma função extremamente importante para o município investigado, mas ainda com diversos entraves, haja vista que alguns alunos da zona rural não conseguem frequentar o atendimento por falta de locomoção. De acordo com a autora é importante que haja mais comprometimento da gestão municipal, para que os direitos dos alunos que necessitam do AEE sejam respeitados e o transporte seja estendido até à zona rural.

A professora 5 destaca a diferença entre a qualidade do transporte disponível aos alunos de AEE da zona urbana e da zona rural:

Eu tô com um aluno daqui que é da zona rural. Ele precisa se deslocar do turno oposto pra vim pra sala e não tem transporte. Os alunos que tem da zona urbana os pais se propõem a trazer. Traz, espera atendimento e leva de volta, então eu ainda tô tendo essa sorte (PROFESSORA 5).

Nota-se que pela fala da Professora 5 que fica claro a importância do elemento social no que diz respeito supressão das dificuldades sociais advindas tanto dos alunos com deficiência e/ou necessidades especiais quanto daqueles que vivem na zona rural. Desta forma observa-se que as crianças com uma família com poder financeiro que possibilite o transporte particular

tem um entrave a menos para que possa se desenvolver através do Atendimento Educacional Especializado.

O problema do transporte dos alunos com deficiência da zona rural também foi observado nos estudos de Rabelo e Caiado (2014), Mauch e Santana (2016), Menezes (2016), Palma (2016), Nozu e Bruno (2017).

Rabelo e Caiado (2014), em sua pesquisa, ao tratar sobre a situação cotidiana vivenciada pelos alunos com deficiência da zona rural que precisam percorrer grandes distâncias de casa a escola, relatam que a viagem acaba sendo mais dificultada por conta da péssima qualidade do transporte escolar, demonstrado pela pouca quantidade de veículos, além da precariedade da conservação dos existentes e a situação deplorável das estradas.

De acordo com Menezes (2016), em um estudo na cidade de Apodi/RN observou que os problemas de transporte de alunos de AEE que moram na zona rural são tão graves que muitos deles acabam não frequentando as salas de recursos multifuncionais por falta de locomoção.

Nas pesquisas de Palma (2016) e Mauch e Santana (2016) foi possível observar que em muitas escolas do campo optaram por realizar o atendimento nas SRM no mesmo turno das aulas na sala regular, por conta principalmente da falta de transporte escolar. Os casos não ocorrem de forma excepcional, mas sim com grande frequência, o que vai contra, inclusive, o que é preconizado pela legislação federal.

Rabelo e Caiado (2014) e Mauch e Santana (2016) também denunciam as precárias condições de infraestrutura, falta de materiais adaptados e acessibilidade arquitetônica que frequentemente acometem os professores que atuam com Atendimento Educacional Especializado em escolas da zona rural.

Essas situações apresentadas pelos autores acabam por confrontar o que é garantido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p.17).

Apesar das falas dos docentes deixarem claro o problema sério da dificuldade do transporte para os alunos da zona rural e as consequências que isso gera no desenvolvimento do trabalho, alguns estudos que analisaram o transporte de alunos da zona rural e suas dificuldades, deixaram claro que os problemas vão muito além das distâncias percorrida, do

tempo gasto e da qualidade da viagem. Isso porque ela “varia conforme as condições das estradas – quase sempre precárias – e o excessivo número de porteiros que têm que serem abertas-fechadas durante o percurso tornam a viagem mais cansativa” (NOZU; BRUNO, 2017, pág. 6).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do artigo foi analisar o transporte escolar de alunos do Atendimento Educacional Especializado que moram na zona rural, a partir da ótica dos docentes. Através da fala dos docentes foi possível aferir que o transporte oferecido aos alunos de AEE dos municípios analisados apresenta uma série de problemas, entre os quais é possível destacar: falta de transporte para os alunos no contraturno, limitação de quilometragem que os veículos podem percorrer, uso de veículos inadequados e falta de comunicação entre as Secretarias de Educação dos municípios e seus respectivos departamentos de transporte.

Assim, pouco ou nada adiantará se a sala onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado estiver pronta, com materiais novos, estrutura completa e os professores e profissionais aptos, bem formados e com tempo para atender com qualidade cada aluno, se os alunos não conseguirem fazer o simples ato de se deslocarem de suas casas para o local de atendimento do AEE.

Das garantias legislativas, das obrigações estaduais e municipais, até a realidade constatada a partir do olhar dos professores, nota-se que ainda há um caminho muito distante a ser percorrido para que os alunos de AEE que vivem na zona rural possam ter um transporte de qualidade.

Por conta disso, é importante que mais estudos acerca do tema do transporte de alunos de AEE da zona rural sejam produzidos, no sentido de ampliar o conhecimento e assim proporcionar a base para que as mudanças e melhorias ocorram e que no futuro o transporte escolar possa não ser mais um empecilho para o processo de escolarização e desenvolvimento dos alunos do AEE.

### **INFLUENCE OF SCHOOL TRANSPORTATION FOR THE WORK OF SPECIAL EDUCATION TEACHERS**

#### **ABSTRACT**

The objective of this paper was to analyze the school transportation of students of Specialized Educational Services who live in rural areas, from the perspective of teachers. This study used as data collection instrument the interview with semi-structured questions. Data analysis was performed using the objective hermeneutics technique, based on the critical theory of society. Through the teachers' speech, it was possible to verify that the transportation offered to ESA students from the analyzed municipalities presents a series of problems, among which it is possible to highlight: lack of transportation for students in the opposite shift, limitation of the mileage that vehicles can travel, use of inadequate vehicles and lack of communication between the Municipal Education Departments and their respective transportation departments.

**Keywords:** Specialized Educational Assistance; School bus; Countryside.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal, 1988.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

BRASIL. **Guia do Transporte Escolar**. Presidência da República. Ministério da Educação. Brasília, DF, 2013.

CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha O transporte escolar público para os alunos do campo com necessidades educacionais especiais. **Rev. Teoria e Prática da Educação**. v.17, n. 1, p. 119-130, janeiro/abril 2014.

COLLICCHIO, Erich; NASCIMENTO, Jean dos Santos; PEREIRA, Elvio Quirino; SILVEIRA, Marcio Antônio da; FINCO, Marcus Vinicius Alves; RODRIGUES, Waldecy. (Orgs.). **Pesquisa Nacional Custo Aluno: o transporte escolar rural sob diversos olhares**. Palmas: UFT, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paulistas: experiências do PRONERA**. 2014. 199 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Cidades**. Em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/home-cidades>. Acessado em 19 de junho de 2019

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Análise dos impactos das condições do transporte escolar rural no rendimento escolar dos alunos**. 2010. 118 p. Dissertação (Mestrado em Transportes), Universidade de Brasília, DF, 118p.

MAUCH, Carla; SANTANA, Wagner. **Escola para todos: experiências de redes municipais na inclusão de alunos com deficiência, TEA, TGD e altas habilidades** – Brasília: UNESCO, 2016. 100 p.

MENEZES, Rayssa Rafaela de Lima. **Atendimento Educacional Especializado – AEE: Necessidade e funcionamento no município de Apodi/RN**. 26 p. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal – RN.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11ª edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

NEGRÃO, Giovana Parente; DAMASCENO, Allan Rocha. Políticas públicas de Educação Especial na perspectiva inclusiva: desafios para o Atendimento Educacional Especializado no município de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Rev. Educ., Cult. Soc.**, Sinop, v. 7, n. 2, p. 413-427, jul./dez. 2017.

NOZU, Washington Cesar Shoiti; BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Interface Educação Especial – Educação do campo: tempos, espaços e sujeitos**. Anais da 38ª Reunião Educacional da ANPED, São Luiz – MA, 2017.

OEVERMANN, Ulrich. Adorno als empirischer Sozialforscher im Blickwinkel der heutigen Methodenlage. In: GRUSCHKA, A. U. OEVERMANN (Hrsg.), **Die Lebendigkeit der kritischen Gesellschaftstheorie**, Wetzlar: Buchse der Pandora 2004, 189-234.

PALMA, Debora Teresa. **Escolas do campo e atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncional**. 2016. 142 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho. Araraquara.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante; CAIADO, Katia Regina Moreno. Educação especial em escolas do campo: um estudo sobre o sistema municipal de ensino de Marabá, PA. **Revista Cocar**. Belém, vol. 8, n.15, p. 63-71/ Jan-Jul 2014.

Recebido em 20 de outubro de 2019. Aprovado em 06 de abril de 2020.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.